

編號：第 743/2020 號 (刑事上訴案)

上訴人：A

日期：2020 年 8 月 21 日

主要法律問題： 假釋

摘 要

上訴人為本澳居民，根據有關已證事實，上訴人犯案期間勾結同案的公務人員，以行賄和不法分享經濟利益的手段取得公共停車場的經營管理，其以共犯作出之犯罪行為嚴重破壞社會公平競爭的原則，損害社會公義和公共部門的公信力和形象。

上訴人所犯罪行在本澳時有發生，有關罪行對社會安寧及法律秩序造成負面沖擊，因此，對上訴人的提前釋放將損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望。

裁判書製作人

譚曉華

合議庭裁判書

編號：第 743/2020 號 (刑事上訴案)

上訴人：A

日期：2020 年 8 月 21 日

一、案情敘述

初級法院刑事起訴法庭在 PLC-074-17-1º-A 卷宗內審理了被判刑人 A 的假釋個案，於 2020 年 6 月 22 日作出裁決，不批准其假釋。

被判刑人不服，向本院提起上訴，並提出了有關的上訴理由。¹

¹其葡文結論內容如下：

1. Recorre-se da decisão do Mº JIC de 22/06/2020.
2. Foi negada, mais uma vez, ao recorrente a liberdade condicional.
3. na óptica do Tribunal “a quo”, o recluso, ora recorrente, se colocado em liberdade, não “conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes”; e a sua liberdade revelar-se-á incompatível “com a defesa da ordem jurídica e da paz social.”
4. Contudo, com o devido respeito, estas conclusões do Tribunal “a quo” não estão devidamente fundamentadas.
5. Na verdade, não se vislumbra da decisão recorrida qual o motivo pelo qual o Tribunal “a quo” - não obstante (i) a idade do recluso (52 anos) e o facto de nunca antes ter cometido qualquer crime; (ii) ter boa conduta no estabelecimento prisional; (iii) nunca ter violado as respectivas regras; (iv) ter conseguido concluir o ensino secundário; (v) ter participado nas actividades do estabelecimento; (vi) ter estabilidade familiar e trabalho no exterior; (vii) ter expressamente declarado o seu arrependimento e que irá compensar a R.A.E.M.; e (viii) ter tido parecer favorável à sua libertação por parte do técnico de reinserção social - dizíamos, qual o motivo pelo qual o Tribunal “a quo” entende que o recluso ainda não terá vontade de, em liberdade, “viver de uma forma honesta”.
6. Aparentemente, o Mº JIC, que, no decurso destes 5 anos, terá estado com o recluso uma ou duas vezes, faz, com o devido respeito, uma afirmação vaga e despida de fundamentação; quando, o certo é que, aquele que diariamente lida com o recluso (o

-
- técnico de reinserção) afirma que o período de reclusão que lhe foi imposto atingiu os efeitos pretendidos e este poderá ser colocado imediatamente em liberdade.
7. É que, ao contrário de que se afirma na decisão recorrida, o número dos crimes, a gravidade dos mesmos e o dolo dos arguidos na respectiva perpetração nada tem que ver com o arrependimento actual do recluso e com a ilação de que ele não viverá em comunidade de forma honesta.
 8. Aqueles - número, gravidade e dolo - já foram devidamente ponderados pela decisão que aplicou a pena ao arguido, ora recorrente.
 9. Todos aqueles factos elencados pelo Tribunal “a quo” mereceram já a devida ponderação quando o Tribunal de 1ª Instância aplicou a pena ao arguido, que o T.S.I. confirmou.
 10. Sempre com o devido respeito, nem o Mº JIC, que se saiba, tem conhecimentos e capacidade para tirar aquelas conclusões - que apenas poderão advir de quem domine a psicologia, no caso, o técnico de reinserção social, que com o recluso lida quase diariamente ... - nem as mesmas estão devidamente fundamentadas; o que significa que o Tribunal “a quo” olvidou a expressão “fundadamente de esperar” constante dos requisitos da liberdade condicional.
Por outro lado,
 11. Como se disse, entendeu o Tribunal “a quo” que a eventual libertação do recluso, face, repete, à gravidade dos crimes, revelar-se-ia incompatível “... com a defesa da ordem jurídica e da paz social”.
 12. Trata-se, com o devido respeito, de uma falsa questão.
Isto é, já foi resolvida pela disposição legal (art.º 56º, nº 1) quando, exactamente para tutela do ordenamento jurídico, se impõe que os reclusos só podem gozar deste benefício quando se mostrem cumpridos “dois terços da pena”.
E estes dois terços já foram há muito ultrapassados ...
 13. A decisão em apreço é, no entender do recorrente, algo abstracta e contrária ao espírito da lei que regula a liberdade condicional e, como tal, é ilegal.
 14. Na verdade a “ordem jurídica” não é uma expressão ôca; é um conjunto de comandos jurídicos, abstractos e gerais.
 15. E a “paz social” é tanto maior, quanto maior for o cumprimento desses comandos jurídicos.
E esse cumprimento impõe-se não só aos cidadãos mas também a quem os aplica, no caso, os Tribunais.
 16. Ora, se as normas que comandam a liberdade condicional referem que, ao fim de dois terços do cumprimento de pena, o recluso pode solicitar a liberdade condicional, então, isso significa que, em circunstâncias normais - como é o caso - a comunidade tem de “suportar” a reinserção social do recluso.
 17. Este, como se disse, teve bom comportamento no interior do estabelecimento prisional; tem família que o receberá; e terá uma ocupação profissional; tanto basta, por isso, que lhe seja concedida a almejada liberdade condicional.
O recorrente é uma pessoa que, já na segunda fase da vida, “descarrilou”, mas que interiorizou a gravidade dos crimes que cometeu. Daí o parecer favorável do técnico de reinserção social do E.P.M..
Tudo indica, pela pena única que lhe foi aplicada, que esta visou já recuperar o indivíduo para a sociedade, em termos proporcionais e humanitários.
Se assim não fosse, mas foi, o cúmulo efectuado teria sido muito mais severo.
 18. Uma última referência a um aspecto que se afigura ao recorrente não despidendo.
O recorrente tem, de facto, um outro processo pendente (CR3-19-0296-PCC), cuja a

檢察院對上訴作出了答覆，並提出下列理據(結論部分)：

1. 澳門《刑法典》第 56 條第 1 款對假釋作出了規定，而是否給予假釋則取決於有關的形式要件和實質要件是否同時成立。
2. 上訴人因觸犯在法律行為中分享經濟利益罪及行賄罪而被判處 6 年 3 個月徒刑，囚犯於 2019 年 6 月 21 日已達三分之二刑期，且已服刑六個月，上訴人的確符合給予假釋之形式要件。
3. 在特別預防方面，需要綜合分析被判刑人的犯罪情節、以往的生活及人格、以及服刑過程中的表現，雖然被判刑人在獄中的行為表現良好，未受過監獄紀律處分，並且有參與獄中的培訓和活動，使人感到被判刑人的人格方面有正面的演變，但檢察院認為遵守獄規是作為在囚人士的一個最基本的義務及最起碼

audiência está a decorrer.

19. É um processo conexo e contemporâneo com aquele por que o recorrente foi condenado e que, não fora a total inoperância de quem investigou, já há muito deveria estar findo. Também os factos indiciados na acusação não têm a gravidade daqueles outros do da condenação.
Diga-se, aliás, que é um processo com 6 arguidos e no qual nenhum está preventivamente preso.
O recorrente, se a liberdade condicional lhe fosse concedida, não há dúvidas, também estaria em liberdade neste processo pendente.
20. Ora, entende, por isso, o recorrente que, por um lado, não pode ser prejudicado pelo atraso da justiça; e, por outro lado, o facto de ser arguido nesse outro processo não deve influenciar a decisão em apreço, sob pena de clara violação do princípio da “presunção de inocência”.
21. Aliás, tendo em conta a menor gravidade deste outro processo, afigurar-se-ia ao recorrente que, numa eventual condenação - o que apenas se admite, sem conceder - a liberdade condicional do recorrente seria altamente benéfica para uma eventual suspensão da execução da respectiva pena.
E é por isso que, também aqui, a procedência deste recurso beneficiaria o recorrente ao invés de o prejudicar.

Termos em que e por violação do disposto no artº 56º e segs. do Código Penal, deve ser dado provimento ao presente recurso, devendo ser revogada a decisão proferida e substituída por uma outra que conceda ao recorrente a liberdade condicional.

Assim se fazendo JUSTIÇA

的表現，綜合考慮被判刑人所作的犯罪事實之情節，而且被判刑人亦有一宗刑事案件正在審判，可見被判刑人過往的生活所展現的守法意識薄弱，僅憑被判刑人在服刑期間的行為表現，未能使人相信被判刑人的行為及人格實質上是否已有足夠改善且知錯悔改、以及被判刑人一旦獲釋，將來是否能以對社會負責之方式生活和不再犯罪，因此，我們認為尚須更多時間進行觀察。

4. 在一般預防方面，被判刑人所觸犯的在法律行為中分享經濟利益罪及行賄罪，其犯罪性質惡劣，情節嚴重，對本澳公共合同領域程序的合法性和公平性造成衝擊，嚴重破壞社會上公平競爭的原則及批給制度，社會大眾絕不容忍這種行為的再次出現，我們認為社會大眾對接納被判刑人假釋的請求及認同被侵害之法益得到修復應有更高的要求。雖然上訴人認為犯罪事實的嚴重性及不法性已經在定罪量刑時予以考慮，不應作為假釋的考慮因素，但我們認為在審批假釋的過程中仍必須將上述因素全面考慮。考慮到被判刑人所作的罪行對澳門的批給制度構成嚴重的負面影響，如果提前釋放被判刑人將不利於公眾對法律秩序及社會安合的信心，也將損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望，造成公眾產生一個錯覺，認為此等行為的嚴重性不大，不利於維護法律權威及社會秩序。
5. 綜上所述，本院同意刑事起訴法官閣下之意見，上訴人仍未能符合假釋的實質要件。

本院認為刑事起訴法庭法官閣下否決上訴人假釋申請之決定由不成立，請求中級法院法官閣下予以駁回並維持原決定。

請求尊敬的中級法院法官閣下作出公正裁決！

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，認為上訴人的上訴理由不成立，應作出維持否決假釋申請的決定。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

案中的資料顯示，下列事實可資審理本上訴提供事實依據：

1. 2016 年 10 月 17 日，上訴人於初級法院第四刑事法庭合議庭普通訴訟程序第 CR4-15-0396-PCC 號卷宗（現第 CR5-15-0294-PCC 號卷宗）內，以共同正犯及既遂方式觸犯：
 - 十二項《刑法典》第 342 條第 1 款所規定及處罰的「在法律行為中分享經濟利益罪」，每項被判處一年徒刑；及
 - 二十八項《刑法典》第 339 條第 1 款所規定及處罰的「行賄罪」，每項被判處一年三個月徒刑。上述四十罪競合，上訴人合共被判處六年三個月實際徒刑，以及須與同案其他被判刑人以連帶責任方式向澳門特區支付澳門幣 5,000,000 元，以替代因犯罪所得之充公物（見徒刑執行卷宗第 4 頁至第 103 頁背頁）。
2. 上訴人不服並提起上訴，中級法院於 2017 年 3 月 16 日裁定其上訴理由不成立，維持原審之裁判（見徒刑執行卷宗第 104 至 234 頁）。
3. 上述裁決於 2017 年 4 月 18 日轉為確定。
4. 上訴人於 2015 年 4 月 21 日被拘留，並自同年 4 月 23 日起被羈押於澳門監獄。

5. 上訴人之刑期將於 2021 年 7 月 21 日屆滿，已於 2019 年 6 月 21 日服滿刑期的三份之二，並在 2019 年 6 月 21 日被否決第一次假釋申請。
6. 上訴人已服滿可再次考慮給予假釋所取決的刑期。
7. 上訴人已支付被判處之訴訟費用；至於上訴人應以連帶責任方式向特區政府支付的澳門幣 5,000,000 元，其至今在判刑卷宗內存放了合共澳門幣 58,000 元（見徒刑執行卷宗第 252 至 253 頁，以及本卷宗 50 至 54 頁及第 73 至 75 頁）。
8. 此外，上訴人尚有一待決之判刑卷宗，其於第三刑事法庭合議庭普通訴訟程序第 CR3-19-0296-PCC 號卷宗內被控觸犯十七項「偽造文件罪」、十項「詐騙罪」及四項「濫用職權罪」，該案訂於 2020 年 5 月 26 日及 7 月 14 日進行審判聽證（見卷宗第 122 頁及第 131 頁）。
9. 上訴人是首次入獄，並為第二次聲請假釋。
10. 服刑期間，上訴人於判刑後開始修讀獄中的初中回歸教育課程。
11. 上訴人於 2019 年 7 月申請參與獄中麵包西餅、印刷及圖書室的職業培訓。此外，上訴人尚曾報名參加春節聯歡活動。
12. 根據上訴人在監獄的紀錄，上訴人在服刑期間行為表現為“良”，屬信任類，沒有違反監獄紀律的紀錄。
13. 上訴人入獄後，其兩個兒子經常前往監獄探望，給予其支持及鼓勵。
14. 上訴人表示倘獲准假釋出獄，將與家人一同生活；工作方面，上訴人將按兒子的安排在一電腦科技公司擔任營業部總經理一職。
15. 監獄方面於 2020 年 5 月 18 日向初級法院刑事起訴法庭提交了

假釋案的報告書。

16. 上訴人同意接受假釋。
17. 刑事起訴法庭於 2020 年 6 月 22 日的裁決，不批准上訴人的假釋，理由為：

“根據澳門《刑法典》第 56 條第 1 款的規定，假釋的形式要件是囚犯須服刑達三分之二且至少已服刑六個月，實質要件則是在綜合分析囚犯的整體情況並考慮到犯罪的特別預防和一般預防的需要後，法院在被判刑者回歸社會和假釋對法律秩序及社會安寧的影響兩方面均形成有利於囚犯的判斷。



囚犯的情況已符合上述形式要件。

就實質要件，在特別預防方面，監獄對囚犯的服刑行為總評價維持於“良”的級別，其沒有任何違反獄規的紀錄，服刑期間，囚犯於判刑後開始修讀獄中的初中回歸教育課程，並於 2019 年 7 月申請參與獄中麵包西餅、印刷及圖書室的職業培訓，此外，囚犯尚曾報名參加春節聯歡活動。另一方面，囚犯已支付被判處之訴訟費用，並已於判刑卷宗內存放澳門幣 58,000 元，以支付其應以連帶責任方式向特區政府支付的部分款項。對於上述服刑表現，尤其在過去一年積極爭取參與職訓工作及其他活動的表現，實應予以肯定。

然而，仍需指出的是目前囚犯仍有一判刑卷宗正處庭審聽證階段，當中其被控觸犯十七項「偽造文件罪」、十項「詐騙罪」及四項「濫用職權罪」，雖然該案未有最終審判結果且事實屬發生於囚犯入獄之前，但考慮到涉及罪名及罪數眾多，且一如囚犯本人所稱該案亦源自本案所涉之第 CR4-15-0396-PCC 號卷宗，

再結合考慮囚犯於 2012 年至 2015 年年間持續實施之已被判刑的十二項「在法律行為中分享經濟利益罪」及廿八項「行賄罪」的高度嚴重性，本法庭現階段對於囚犯是否已真誠悔悟仍存保留，且認為目前尚需時間繼續對其進行觀察，以待掌握更充分資料時可就囚犯是否已確切朝正面方向糾治作出判斷。

縱觀囚犯在獄中之表現，考慮到其所實施的合共四十項犯罪的嚴重性、過往生活與人格方面的演變情況，本法庭認為目前囚犯仍未具備適應誠實生活的能力及意志，因此對其一旦提早獲釋能以負責任的態度在社會安份地生活並不再犯罪方面沒有充足的信心。所以，囚犯的情況不符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 a 項所規定的給予假釋的實質要件。

除上述在特別預防方面的因素外，為決定是否給予假釋，還必須顧及在一般預防犯罪及維護社會與法律秩序方面的考慮，而不單取決於囚犯本人是否已具備重新納入社會的主觀有利因素，更重要的是考慮這類罪犯的假釋所引起的消極社會效果。就本案囚犯的情況，尤其在一般預防方面，基於其是次所犯的是十二項「在法律行為中分享經濟利益罪」及二十八項「行賄罪」，根據有關已證事實，囚犯與同夥為獲取不法利益，遂共同合意、合謀、合力及分工合作，共同成立案中之管理公司及透過持有該公司之股份，利用作為交通事務局運輸管理處處長的盧姓同夥的職權，十二次干預並取得公共停車場保安、清潔及保養管理合同之判給，藉此不法分享從公共停車場管理合同中獲取的經濟利益，此外，囚犯與其妻子為獲取不法利益，在明知同案的盧姓及潘姓被判刑人作為政府工務範疇之公務員及擁有判給政府公共停車場短期管理合同之權限，遂親自或透過他

人給予或承諾給予 XX 姓及 XX 姓被判刑人彼等不應收取之財產或非財產利益以作為二人違背職務上之義務之作為或不成為之回報，藉此二十八次干預公共停車場之招標及評標過程並獲得管理合同。可以說，本案涉及的非為一般貪腐案件，囚犯與其同夥的行為幾近視法律如無物，完全置公共利益於不顧，彼等為謀取源源不盡的不法利益，肆無忌憚地合謀遂成有關受賄及在法律行為中分享經濟利益之犯罪行為，共同致力締造自己的“停車場王國”。由此可見，囚犯的犯案故意程度極高，且不法性及情節均十分嚴重，其行為已對法律所要保護的法益及澳門社會的安寧造成相當負面的影響，嚴重破壞社會上公平競爭之原則及打擊特區政府的公共停車批給制度，損害社會公義及有關公共部門的公信力和形象，實應予以強烈譴責。

須指出，儘管上述負面因素在量刑時已被考慮，但是，在決定假釋時仍必須將之衡量，考究將囚犯提早釋放會否使公眾在心理上產生無法接受之感，會否對社會秩序產生重大衝擊。

考慮到澳門社會的現實情況，提早釋放囚犯將引起相當程度的社會負面效果，妨礙公眾對被觸犯的法律條文之效力所持有的期望，故基於有需要對有關犯罪作一般預防的考慮，本法庭認為，提前釋放囚犯將有礙法律秩序的權威及社會的安寧，因此，不符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 b 項所規定的給予假釋此一必備實質要件。

綜上所述，並經考慮監獄及檢察院之意見，本法庭認為由於提早釋放囚犯 A 並不符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 a 項及 b 項的規定，故決定否決其假釋申請，但不妨礙根據澳門《刑事訴訟法典》第 469 條第 1 款的規定再次展開假釋程序。

執行澳門《刑事訴訟法典》第 468 條第 4 款及第 5 款的規定，
將本批示通知囚犯及送交有關副本。
通知路環監獄及有關判刑卷宗。
作出通知及採取必要措施。”

三、法律方面

上訴人認為已經符合假釋的條件，提出刑事起訴法庭不批准假釋的裁決違反了《刑法典》第 56 條的規定。

根據《刑法典》第 56 條規定，當服刑已達三分之二且至少已滿六個月時，如符合下列要件，法院須給予被判徒刑者假釋：經考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪屬有依據者；及釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。假釋之期間相等於徒刑之剩餘未服時間，但絕對不得超逾五年。實行假釋須經被判刑者同意。

因此，是否批准假釋，首先要符合形式上的條件，即服刑已達三分之二且至少已滿六個月，另外，亦須符合特別預防及一般犯罪預防的綜合要求的實質條件。

在特別預防方面，法院需綜合罪犯的犯罪情節、以往的生活及人格，再結合罪犯在服刑過程中的表現，包括個人人格的重新塑造，服刑中所表現出來的良好的行為等因素而歸納出罪犯能夠重返社會、不會再次犯罪的

結論。

而在一般預防方面，則需考慮維護社會法律秩序的要求，即是，綜合所有的因素可以得出罪犯一旦提前出獄不會給社會帶來心理上的衝擊，正如 Figueiredo Dias 教授的觀點，“即使是在對被判刑者能否重新納入社會有了初步的肯定判斷的情況下，也應對被判刑者的提前釋放對社會安定帶來嚴重影響並損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望的可能性加以衡量和考慮，從而決定是否應該給予假釋”；以及所提出的，“可以說釋放被判刑者是否對維護法律秩序及社會安寧方面造成影響是決定是否給予假釋所要考慮的最後因素，是從整個社會的角度對假釋提出的一個前提要求。”^[1]

上訴人已服滿刑期的三分之二，亦超過了六個月，符合形式上的條件。

本案中，上訴人是首次入獄，並為第二次聲請假釋。上訴人在服刑期間行為的總評價為“良”，屬信任類，沒有違反監獄紀律的紀錄。

服刑期間，上訴人於判刑後開始修讀獄中的初中回歸教育課程上訴人於 2019 年 7 月申請參與獄中麵包西餅、印刷及圖書室的職業培訓。此外，上訴人尚曾報名參加春節聯歡活動。

上訴人已支付被判處之訴訟費用；至於上訴人應以連帶責任方式向特區政府支付的澳門幣 5,000,000 元，其至今在判刑卷宗內存放了合共澳門幣 58,000 元。

此外，上訴人尚有一待決之判刑卷宗，其於第三刑事法庭合議庭普通訴訟程序第 CR3-19-0296-PCC 號卷宗內被控觸犯十七項「偽造文件罪」、

^[1] In Direito Penal Português, Ao Consequências Jurídicas do Crime, 1993, pp. 538-541.

十項「詐騙罪」及四項「濫用職權罪」，該案於 2020 年 5 月 26 日及 7 月 14 日進行審判聽證。

上訴人入獄後，其兩個兒子經常前往監獄探望，給予其支持及鼓勵。上訴人表示倘獲准假釋出獄，將與家人一同生活；工作方面，上訴人將按兒子的安排在一電腦科技公司擔任營業部總經理一職。

上訴人為本澳居民，根據有關已證事實，上訴人犯案期間勾結同案的公務人員，以行賄和不法分享經濟利益的手段取得公共停車場的經營管理，其以共犯作出之犯罪行為嚴重破壞社會公平競爭的原則，損害社會公義和公共部門的公信力和形象。

上訴人所犯罪行在本澳時有發生，有關罪行對社會安寧及法律秩序造成負面沖擊，因此，對上訴人的提前釋放將損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望。

考慮上訴人的過往表現，雖然上訴人在服刑期間行為良好，在主觀意識方面的演變情況顯示有利的徵兆，但這並不能當然地等同於上訴人假釋出獄後不會對社會安寧及法律秩序造成危害。這不單取決於上訴人的主觀因素，更重要的是要考慮這類罪犯的假釋所引起的消極社會效果，假釋決定使公眾在心理上無法承受，以及對社會秩序產生一種衝擊等負面因素。因為在公眾心理上仍未能接受上訴人被提前釋放時便作出假釋決定將是對公眾的另一次傷害。

因此，上訴人仍未具備所有的假釋條件，尤其是《刑法典》第 56 條第 1 款 a) 及 b) 項所規定的條件，其上訴理由不能成立，而被上訴裁決應予

以維持。

故此，上訴人提出的上訴理由不成立。

四、決定

綜上所述，本合議庭決定判處上訴人 A 的上訴理由不成立，因而維持原審法院的裁決。

判處上訴人繳付 3 個計算單位之司法費以及上訴的訴訟費用。

著令通知。

2020 年 8 月 21 日

譚曉華 (裁判書製作人)

張婉媚 (第一助審法官)

岑勁丹 (第二助審法官)